



Demonstrações Financeiras 2020/2
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes -
Sicredi Raízes RS/SC/MG

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 08/03/2021, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Marcelo Junior Altissimo
Diretor Executivo
CPF: 932.576.860-72

Aline Thiesen
Diretora de Operações
CPF: 989.327.300-59

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Raízes - Sicredi Raízes
RS/SC/MG (anteriormente denominada
Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC)**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
Campo Novo / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC) ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa número 2 às demonstrações financeiras, que descreve que em 01 de junho de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS. A incorporação foi realizada com base em relatório da Comissão Mista, que inclui também os balanços patrimoniais das cooperativas envolvidas e os relatórios emitidos por auditores independentes, com data-base de 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva por conta destes assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: As atividades se adaptaram aos novos cenários e mostraram o protagonismo do cooperativismo junto às comunidades, dentre os programas realizados tivemos a entrega de recursos para entidades através do Apoiar/Fundo Social. Na área da educação atuamos de forma efetiva com projetos, cursos e formações, envolvendo escolas, alunos e professores nos programas A União Faz a Vida e Cooperativas Escolares. E em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo, realizamos ações de responsabilidade social, envolvendo entidades ligadas à saúde no Dia C.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: No dia 11 de maio de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária virtual, foi oficializada a União das cooperativas Sicredi Celeiro RS/SC e Sicredi Grande Palmeira RS. A união ocorreu durante o processo assemblear de 2020, realizada nos meses de fevereiro e março, no qual os associados aprovaram a formação de uma comissão de estudo mista. Esta comissão foi responsável por analisar e discutir os relatórios e documentos emitidos pela auditoria da Central Sicredi Sul/Sudeste e do parecer da auditoria externa Ernst & Young. O relatório de estudo então foi aprovado durante Assembleia Geral Extraordinária, formando então a cooperativa Sicredi Raízes RS/SC/MG.

Em Dezembro de 2020, a Sicredi Raízes RS/SC/MG inaugurou a segunda no município de São Miguel do Oeste/SC, localizada na Rua Waldemar Rangrab, junto ao Bonno Atacado e Varejo. A Agência Jardim Oeste possui 463 metros quadrados em um excelente ponto comercial do município, atendendo moradores da região Sul, do Bairro Centro e demais bairros próximos.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopera com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.229.563	677.808	PASSIVO		976.981	530.231
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	8.359	9.303	DEPÓSITOS	(Nota 12)	707.709	394.553
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.218.254	672.646	Depósitos à vista		148.829	59.976
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	2.547	14.283	Depósitos interfinanceiros		19.910	4.623
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	222.412	105.758	Depósitos a prazo		538.970	329.954
Centralização financeira	(Nota 04)	150.399	85.855	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		224.216	111.184
Relações interfinanceiras ativas		2.689	367	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	218.679	107.983
Operações de crédito	(Nota 07)	809.845	449.633	Obrigações por repasses	(Nota 14)	327	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	30.362	16.750	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	5.210	3.201
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(38.626)	(28.692)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTA	(Nota 16)	189	206
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	4.445	3.818	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	44.867	24.288
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	20.281	11.398				
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	11.324	4.929	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	252.582	147.577
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.526	4.406	CAPITAL SOCIAL		99.765	61.071
				RESERVAS DE SOBRAS		142.670	80.051
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		10.147	6.455
TOTAL DO ATIVO		1.229.563	677.808	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.229.563	677.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	56.124	99.124	80.018
Operações de crédito (Nota 07)	53.452	93.965	77.238
Resultado títulos e valores mobiliários	2.641	5.121	2.760
Resultado das aplicações compulsórias	31	38	20
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.867)	(30.510)	(34.305)
Operações de captação no mercado	(5.461)	(11.545)	(17.651)
Operações de empréstimos e repasses	(4.025)	(6.879)	(4.846)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(7.381)	(12.086)	(11.808)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.257	68.614	45.713
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(18.158)	(28.571)	(16.422)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	12.475	20.973	14.414
Rendas de tarifas bancárias	4.876	8.226	6.381
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(16.964)	(29.255)	(19.293)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(12.990)	(22.346)	(17.822)
Dispêndios e despesas tributárias	(246)	(530)	(558)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	5.102	10.804	13.223
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(10.411)	(16.443)	(12.767)
RESULTADO OPERACIONAL	21.099	40.043	29.291
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(134)	716	326
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	20.965	40.759	29.617
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	753	(36)	(753)
Provisão para Imposto de Renda	467	(20)	(455)
Provisão para Contribuição Social	286	(16)	(298)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.196)	(4.145)	(3.301)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.522	36.578	25.563

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	54.546	64.350	8	5.133	124.037
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.412	-	-	(4.872)	(1.460)
Destinações para reservas	-	-	214	(214)	-
Outras destinações	-	-	-	(47)	(47)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.051	-	-	-	4.051
Baixas de capital	(3.446)	-	-	-	(3.446)
Reversões de reservas	-	-	(209)	209	-
Resultado do período	-	-	-	25.563	25.563
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Juros sobre o capital próprio	2.508	-	-	(2.553)	(45)
Reserva legal - Estatutária	-	13.985	-	(13.985)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.703	-	(1.703)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	61.071	80.038	13	6.455	147.577
Mutações do Período	6.525	15.688	5	1.322	23.540
Saldos no início do período em 01/01/2020	61.071	80.038	13	6.455	147.577
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.906	-	-	(6.007)	(2.101)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(375)	(375)
Outras destinações	-	-	-	(73)	(73)
Saldo de incorporação	32.541	37.297	-	3.647	73.485
Capital de associados					
Aumento de capital	4.705	-	-	-	4.705
Baixas de capital	(5.461)	-	-	-	(5.461)
Reversões de reservas	-	-	(13)	13	-
Resultado do período	-	-	-	36.578	36.578
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.691)	(1.691)
Juros sobre o capital próprio	3.003	-	-	(3.065)	(62)
Reserva legal - Estatutária	-	21.985	-	(21.985)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.484	-	(2.484)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	866	-	(866)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	99.765	142.670	-	10.147	252.582
Mutações do Período	38.694	62.632	(13)	3.692	105.005
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	97.265	117.335	-	20.716	235.316
Capital de associados					
Aumento de capital	2.854	-	-	-	2.854
Baixas de capital	(3.357)	-	-	-	(3.357)
Resultado do período	-	-	-	19.522	19.522
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.691)	(1.691)
Juros sobre o capital próprio	3.003	-	-	(3.065)	(62)
Reserva legal - Estatutária	-	21.985	-	(21.985)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.484	-	(2.484)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	866	-	(866)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	99.765	142.670	-	10.147	252.582
Mutações do Período	2.500	25.335	-	(10.569)	17.266

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	20.743	38.194	33.654
Resultado do semestre/exercício	19.522	36.578	25.563
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.221	1.616	8.091
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.043	5	6.557
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(279)	(279)	(9)
Depreciação e amortização	2.232	3.661	2.550
Baixas do ativo permanente	10	42	37
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(94)	(122)	32
Destinações ao FATES	(1.691)	(1.691)	(1.076)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(10.704)	(8.451)	(87.976)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	25.467	24.680	11.370
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(6.012)	(40.839)	(83.661)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.194	(1.370)	186
(Aumento) em operações de crédito	(149.218)	(163.226)	(60.108)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	68.867	53.648	1.620
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.851)	(5.448)	(1.815)
(Aumento) Redução em outros ativos	2.345	2.039	(543)
Aumento em depósitos	39.310	111.639	40.271
Aumento em passivos financeiros	1.661	773	1.091
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1)	273	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(409)	(980)	(1.115)
Aumento em outros passivos	8.943	10.360	4.728
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	10.039	29.743	(54.322)
Aquisição de investimentos	-	(421)	(420)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.531)	(3.343)	(1.602)
Aplicações no intangível	(687)	(885)	(509)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.218)	(4.649)	(2.531)
Integralização de capital	2.854	4.705	4.051
Baixa de capital	(3.357)	(5.461)	(3.446)
Juros ao capital próprio	(62)	(62)	(45)
Distribuição de Sobras	-	(2.549)	(1.507)
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporação	-	41.873	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(565)	38.506	(947)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.256	63.600	(57.800)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	152.502	95.158	152.958
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	158.758	158.758	95.158

ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As transações ocorridas no exercício que não afetaram o caixa estão apresentadas na nota explicativa 31.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	19.522	36.578	25.563
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	19.522	36.578	25.563

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Raízes - Sicredi Raízes RS/SC/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/06/1981 e sede situada na Rua Braga, 408, na cidade de Campo Novo - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 31 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/06/2020, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

a) Incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS:

Em 01 de junho de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária Conjunta a incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS. A incorporação foi realizada com base em relatório da Comissão Mista, que inclui também os balanços patrimoniais das cooperativas envolvidas, os pareceres do Conselho Fiscal e o relatório emitido por auditores independentes, com data-base de 31 de dezembro de 2019. A incorporação foi realizada ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade.

Devido à incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS, alguns grupos podem apresentar variações relevantes em relação ao exercício anterior devido aos saldos contábeis da Cooperativa incorporada.

Apresentamos abaixo os saldos incorporados em 31 de maio de 2020 e que impactaram as Demonstrações financeiras da Cooperativa:

	Saldo de Incorporação
BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	
DISPONIBILIDADES	1.027
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	335.707
Aplicações interfinanceiros de liquidez	12.944
Títulos e valores mobiliários	75.815
Centralização financeira	40.846
Relações interfinanceiras ativas	952
Operações de crédito	196.986
Outros ativos financeiros	8.164
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(9.929)
OUTROS ATIVOS	2.387
INVESTIMENTOS	8.462
IMOBILIZADO DE USO	4.957
INTANGÍVEL	2.033
PASSIVO	
DEPÓSITOS	201.517
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	58.338
Relações interfinanceiras	57.048
Obrigações por repasses	54
Outros passivos financeiros	1.236
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	105
OUTROS PASSIVOS	11.199
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CAPITAL SOCIAL	32.541
RESERVAS DE SOBRAS	37.297
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.647

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de uso e intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de uso e intangível”.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 7 ;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	8.359	9.303
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	150.399	85.855
Total	158.758	95.158

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	512	2.035	2.547	14.283
Total	-	512	2.035	2.547	14.283

Total circulante	512	8.089
Total não circulante	2.035	6.194

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	21.310	-	-	21.310	105.758
Cotas de fundos multimercado	201.102	-	-	201.102	-
Total	222.412	-	-	222.412	105.758

Total circulante	222.412	105.758
-------------------------	---------	---------

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020				31/12/2019
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	4.602	70.198	145.333	278.487	498.620	268.835
Financiamentos	314	11.218	29.867	63.621	105.020	70.731
Financiamentos rurais e agroindustriais	164	37.199	143.018	25.824	206.205	110.067
Total das operações de crédito	5.080	118.615	318.218	367.932	809.845	449.633
Avais e fianças honrados	137	8	5	17	167	74
Devedores por compra de valores e bens	-	18	827	808	1.653	1.915
Títulos e créditos a receber	-	19.023	7.176	14	26.213	13.076
Total de outros créditos	137	19.049	8.008	839	28.033	15.065
Carteira total	5.217	137.664	326.226	368.771	837.878	464.698

Total circulante	469.107	303.347
Total não circulante	368.771	161.351

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	33.047	-	-	-
A	0,50	252.870	148.460	1.264	742
B	1,00	301.188	147.447	3.009	1.475
C	3,00	147.131	110.932	4.414	3.326
D	10,00	64.526	24.491	6.453	2.449
E	30,00	16.200	13.004	4.860	3.901
F	50,00	5.325	5.463	2.663	2.732
G	70,00	5.428	4.125	3.800	2.888
H	100,00	12.163	10.776	12.163	10.776
Total		837.878	464.698	38.626	28.289

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 403).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 167.341 (dezembro de 2019 - R\$ 87.780) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 3.700 (dezembro de 2019 - R\$ 2.092) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	3.932	56.259	107.352	175.835	343.378	191.753
Rural	164	37.199	143.018	25.824	206.205	110.067
Industrial	147	5.172	10.026	26.666	42.011	23.646
Comércio	387	22.879	40.356	76.966	140.588	76.283
Outros serviços	587	16.155	25.474	63.480	105.696	62.949
Total	5.217	137.664	326.226	368.771	837.878	464.698

Total circulante	469.107	303.347
Total não circulante	368.771	161.351

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	75.216	8,98	51.514	11,09
50 devedores seguintes	131.088	15,65	82.550	17,76
100 devedores seguintes	106.885	12,76	59.692	12,85
Demais	524.689	62,62	270.942	58,30
Total	837.878	100,01	464.698	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	28.692	22.135
Constituição de provisão	31.548	26.029
Reversão de provisão	(19.462)	(14.221)
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.081)	(5.251)
Saldo de Cooperativa incorporada	9.929	-
Saldo final	38.626	28.692

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	36.812	63.792	52.771
Financiamentos	8.832	16.915	16.366
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.009	8.597	5.498
Outros	36	54	42
Subtotal	50.689	89.358	74.677
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.763	4.607	2.561
Total	53.452	93.965	77.238

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 48.109 (2019 - R\$ 29.928).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	26.213	13.076
Rendas a receber	1.964	1.077
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.653	1.915
Créditos específicos	-	403
Avais e fianças honrados (Nota 07)	167	74
Operações com cartões	246	190
Devedores por depósitos em garantia	119	15
Total	30.362	16.750

Total circulante	29.404	15.627
Total não circulante	958	1.123

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.525	2.537
Adiantamentos e antecipações salariais	308	84
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7	3
Adiantamentos para Confederação Sicredi	964	604
Impostos e contribuições a compensar	566	24
Cotas de consórcio	473	310
Pendências a regularizar	351	193
Outros	251	63
Total circulante	4.445	3.818

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	1.469	2.741
Imóveis	1.450	2.618
Veículos e afins	9	123
Máquinas e equipamentos	10	-
Material em estoque	48	31
Despesas antecipadas	84	120
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(76)	(355)
Total circulante	1.525	2.537

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(355)	(364)
Constituição de provisão	-	(10)
Reversão de provisão	279	19
Saldo final	(76)	(355)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	10.846	6.349
Sicredi Participações S.A.	9.433	5.048
Outras participações e investimentos	2	1
Sicredi Fundos Garantidores	2	1
Total	20.281	11.398

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	3.059.711 ON	1.738.957 ON	2	1	10.845.888	6.348.992
	6.373.105 PN	3.620.382 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,80%	0,51%	1,24%	0,62%	2,67%	1,63%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	9.433	5.048	2	1	10.846	6.349

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	22.794	(11.470)	11.324	4.929
Imobilizações em curso	-	2.053	-	2.053	-
Terrenos	-	799	-	799	86
Edificações	4%	757	(522)	235	-
Instalações	10%	1.802	(816)	986	579
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.135	(1.422)	1.713	648
Móveis e equipamentos	10%	4.794	(2.929)	1.865	1.200
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.066	(580)	486	132
Equipamentos de processamento de dados	20%	5.770	(3.452)	2.318	1.414
Veículos	20%	2.618	(1.749)	869	870
Intangível		15.870	(10.344)	5.526	4.406
Investimentos Confederação		14.883	(9.862)	5.021	3.963
Outros ativos intangíveis		987	(482)	505	443

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	148.829	-	-	148.829	59.976
Depósitos interfinanceiros	11.910	864	7.136	19.910	4.623
Depósitos a prazo	9.381	20.935	508.654	538.970	329.954
Total	170.120	21.799	515.790	707.709	394.553
Total circulante				191.919	84.106
Total não circulante				515.790	310.447

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	218.673	107.983
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6	-
Total	218.679	107.983

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	38.880	140.950	20.240	200.070	107.983
Total - Recursos do Crédito Rural	38.880	140.950	20.240	200.070	107.983
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	18.603	18.603	-
Total - Outros Recursos	-	-	18.603	18.603	-
Total	38.880	140.950	38.843	218.673	107.983

Total circulante	179.830	107.375
Total não circulante	38.843	608

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 10/10/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	33	100	194	327	-
Total	33	100	194	327	-

Total circulante	133	-
Total não circulante	194	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 26/06/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.700	2.092
Recursos em trânsito de terceiros	1.510	1.109
Total circulante	5.210	3.201

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	189	206
Total não circulante		189	206

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Saldo Incorporada Sicredi Grande Palmeira RS	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	-	100	-	(100)	-
Cível	206	5	168	(190)	189
Total não circulante	206	105	168	(290)	189

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 147 e R\$ 112 (dezembro de 2019 - R\$ 106 e R\$ 212), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	25.605	12.716
Provisão para pagamentos a efetuar	3.203	1.835
Cotas de capital a pagar	5.648	2.441
Provisão para participações nos lucros	4.692	3.373
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.115	1.171
Demais fundos constituídos	25	-
Impostos e contribuições a recolher	1.388	1.061
Credores diversos	1.874	1.385
Cobrança e arrecadação de tributos	1	215
Pendências a regularizar	316	91
Total Circulante	44.867	24.288

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	99.765	61.071
Total de associados	65.152	46.787

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 38.694 (2019 – R\$6.525), sendo R\$ 6.909 (2019 – R\$ 5.920) via integralização de resultados, R\$ 4.705 (2019 – R\$ 4.051), via integralização de quotas-partes e R\$ 32.541 via incorporação. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.461 (2019 – R\$ 3.446).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,74% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.065, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 866 (R\$ 28 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Desse montante, o valor de R\$ 866 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2020 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	40.759	29.617
Participação nas sobras	(4.145)	(3.301)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	36.614	26.316
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14.646)	(10.526)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	13.305	8.794
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.226	1.021
Demais adições e exclusões previstas na legislação	79	(42)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36)	(753)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.547	14.283
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	222.412	105.758
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	150.399	85.855
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.639	871
Outros ativos (Nota 09)	964	621
Investimentos (Nota 10)	20.281	11.398
Intangível (Nota 11)	5.021	3.963
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	19.910	4.623
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	218.673	107.983
Outros passivos (Nota 17)	24.733	12.815
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	5.121	2.760
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.122	4.256
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.283	9.270
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	866	28
Despesas		
Operações de captação no mercado	437	260
Operações de empréstimos e repasses	6.872	4.846
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	697	1.684
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	9.114	7.157

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	218	0,15%	143
Depósitos a prazo	943	0,17%	1.152
Operações de crédito	6.768	0,84%	4.211

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.682	1.936

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	9.671	16.959	11.065
Benefícios	3.354	5.665	3.958
Encargos sociais	3.850	6.477	4.104
Treinamentos	89	154	166
Total	16.964	29.255	19.293

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	370	666	509
Aluguéis	1.388	2.469	2.009
Comunicação	574	966	934
Manutenção e conservação	1.019	1.780	1.313
Material de expediente	260	474	384
Processamento dados	465	751	418
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	960	1.645	1.742
Serviços do sistema financeiro	1.183	2.078	1.679
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.328	2.194	1.608
Serviços de vigilância e segurança	971	1.669	1.266
Serviços de transportes	628	1.010	820
Depreciação	1.096	1.864	1.384
Amortização (Rateio Confederação)	1.051	1.639	1.024
Amortização outros ativos intangíveis	85	158	142
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	409	980	1.116
Emolumentos e taxas diversas	177	415	306
Outras despesas administrativas	1.026	1.588	1.168
Total	12.990	22.346	17.822

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	409	980	1.115
Utilização de fundo social	260	372	-
Recuperação de encargos e despesas	341	459	750
Ingressos depósitos intercooperativos	1.411	2.875	8.978
Reversão de provisões operacionais	1.370	3.799	1.427
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	505	1.311	658
Reversão de provisões para passivos contingentes	210	290	177
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	181	181	-
Outras rendas operacionais	415	537	118
Total	5.102	10.804	13.223

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.097	1.891	1.231
Contribuições Cooperativistas	134	216	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	159	330	321
Contribuição Confederação Sicredi	4.276	7.026	5.314
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	456	730	538
Encargos da administração financeira	1	2	50
Repasse Administradora de Cartões	-	67	182
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.672	1.929	1.295
Provisões para passivos contingentes	116	168	209
Outras provisões operacionais	1.091	1.833	1.247
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.031	1.522	852
Risco operacional	168	322	509
Juros e comissões	27	53	76
Outras despesas operacionais	183	354	812
Total	10.411	16.443	12.767

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	19.522	36.578	25.563
Eventos não recorrentes	-	866	28
Resultado recorrente	19.522	35.712	25.535

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	167.271	87.774
Coobrigações em cessões de crédito	70	6
Total	167.341	87.780

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	247.055	143.171
Nível I (NI)	247.055	143.171
Capital principal - CP	247.055	143.171
Capital social	99.765	61.071
Reservas de capital	142.670	80.051
Lucros acumulados	10.147	6.455
Ajustes Prudenciais	(5.527)	(4.406)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	956.018	543.348
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.108	565
Margem de Capital	156.515	85.555
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,84%	26,35%
Situação de Imobilização (Imob)	11.326	4.930
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,58%	3,44%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Os saldos que não impactaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão abaixo apresentados e são oriundos da incorporação realizada no exercício, conforme Nota 02a:

	Saldo de Incorporação
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	294.861
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(9.929)
OUTROS ATIVOS	2.387
INVESTIMENTOS	8.462
IMOBILIZADO DE USO	4.957
INTANGÍVEL	2.033
DEPÓSITOS	(201.517)
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	(58.338)
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(105)
OUTROS PASSIVOS	(11.199)
CAPITAL SOCIAL	(32.541)
RESERVAS DE SOBRAS	(37.297)
SOBRAS ACUMULADAS	(3.647)

Marcelo Junior Altissimo
Diretor Executivo
CPF: 932.576.860-72

Aline Thiesen
Diretora de Operações
CPF: 989.327.300-59

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20